

Safr 2011/12

Novo Plano Agrícola e Pecuário

1. Objetivos

- Expandir de 161,5 milhões para 169,5 milhões de toneladas a produção de grãos, fibras e oleaginosas, de modo a assegurar o abastecimento interno, contribuir para maior regularidade nos preços e ampliar os excedentes exportáveis;
- Estimular a Agricultura de Baixo Carbono (ABC) para o desenvolvimento sustentável do setor, com práticas agronômicas que mitiguem os gases de efeito estufa;
- Incentivar a recuperação de pastagens, com o aumento da produtividade e a renovação do plantel, de forma a aumentar a oferta de carne bovina;
- Promover a renovação e ampliação das áreas cultivadas com cana-de-açúcar para aumentar a sua produção e dar estabilidade à oferta de etanol;
- Garantir apoio à comercialização para os citricultores;
- Suprir volume adequado de recursos do Sistema Nacional de Crédito Rural (SNCR);
- Reforçar o apoio ao médio produtor rural;
- Manter e aperfeiçoar os programas específicos de investimento.

2. Crédito rural

Serão destinados R\$ 107,2 bilhões para a agricultura comercial, num aumento de 7,2% em comparação com a safra 2010/11.

Crédito rural (R\$ bilhões)

Financiamento	Safra 10/11	Safra 11/12	Variação %
a) Custeio e comercialização	75,6	80,2*	6,08
Juros controlados	60,7	64,1	5,60
Juros livres	14,9	16,1	8,05
b) Investimento	18,0	20,5	13,89
c) Linhas especiais*	6,4	6,5	1,56
Total	100,0	107,2	7,20

* Compreendem recursos relativos aos programas de Apoio ao Setor Sucroalcooleiro (PASS-BNDES) e de Sustentação do Investimento (PSI-BNDES).

2.1. Medidas de incentivo e estímulo à produção:

- Elevação e unificação dos limites de financiamento para custeio e comercialização, em apenas uma faixa, de R\$ 650 mil (aumentos de até 225%);
- Elevação dos limites para investimento com recursos controlados do crédito rural (depósitos à vista e poupança rural), de R\$ 200 mil para R\$ 300 mil;
- Simplificação das normas do crédito rural para facilitar a aplicação por parte dos agentes financeiros e dar maior agilidade operacional;
- Criação de duas novas linhas de investimento no crédito rural, à taxa fixa de 6,75% ao ano:
 - Pecuária:** financiamento de até R\$ 750 mil para aquisição de matrizes e reprodutores bovinos e bubalinos, com prazo de pagamento de cinco anos, incluídos até 18 meses de carência;
 - Cana-de-açúcar:** financiamento de até R\$ 1 milhão pelo crédito rural para implantação ou renovação de canaviais, com prazo de pagamento de cinco anos, incluídos até 18 meses de carência.
- Exclusão da exigência do prazo mínimo de dois anos para o investimento com recursos obrigatórios das exigibilidades dos depósitos à vista.



SXC.HU

2.2. Investimento por programa

Programa	Recursos Programados (R\$ milhões)		Limite de Crédito (R\$)	Prazo Máximo (anos)	Carência (anos)	Taxa de Juros (% ao ano)
	BNDES/Banco do Brasil					
	2010/11	2011/12				
ABC (1)	2.000	PROGRAMA ABC 3.150	1.000	Até 15	Até 8	5,5
Produsa (2)	1.000					
Propfora (3)	150					
Moderinfra (4)	1.000	1.000	1.300	12	3	6,75
Moderagro (5)	850	850	600	10	3	6,75
Prodecoop (6)	2.000	2.000	60.000	12	3	6,75
Procap-Agro (7)	2.000	2.000	50.000	Até 6	2 a 6 meses	6,75
Moderfrota (8)	1.000	1.000	-	Até 8	s/ carência	9,50
Moderfrota/Pronamp (9)	500	500	-	Até 8	s/ carência	7,50
Total BNDES/BB	10.500	10.500	-	-	-	-
Fundos constitucionais	2.450	2.900	-	-	-	5 a 8,5
Recursos obrigatórios	2.100	4.500				
Pronamp (10)	1.200	1.600				
Outras fontes (11)	1.800	1.000				
Total	18.050	20.500	-	-	-	-

(1) Agricultura de Baixo Carbono, (2) Programa de Estímulo à Produção da Agricultura Sustentável, (3) Programa de Plantio Comercial e Recuperação de Florestas, (4) Programa de Incentivo à Irrigação e à Armazenagem, (5) Programa de Modernização da Agricultura e Conservação de Recursos Naturais, (6) Programa de Desenvolvimento Cooperativo para Agregação de Valor à Produção Agropecuária, (7) Programa de Capitalização de Cooperativas Agropecuárias, (8) e (9) Programa de Modernização da Frota de Tratores Agrícolas e Implementos Associados e Colheitadeiras, (10) Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural, (11) Recursos Livres, Poupança Rural e Recursos Externos

3. Comercialização

Para garantir preços mínimos aos produtores, foi proposto aporte orçamentário de R\$ 5,2 bilhões. Isso permitirá a aplicação dos instrumentos de equalização de preços e a aquisição direta dos produtores, além da oferta de contratos públicos e privados de opção de venda.

3.1 Preços Mínimos

Diante da relativa estabilidade econômica e do estímulo do mercado internacional, os valores dos preços mínimos foram mantidos para a maior parte dos produtos. Alguns ajustes merecem destaque, como a elevação dos preços do leite, da mandioca e de diversos produtos regionais. O estímulo dado pelos preços de mercado deverá impulsionar o plantio da soja, do milho e do algodão.

Preços mínimos das principais culturas na Safra de Verão

Produtos	Regiões e Estados	Tipo/Classe	Unidade	Preços Mínimos (R\$/unidade)		Vigência
				2010/11	2011/12	
Algodão em pluma	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	Tipo SLM 41.4	15 kg	44,60	44,60	Mar/2012 a Fev/2013
	Norte e Nordeste					Jul/2012 a Jun/2013
Arroz longo fino em casca	Sul (exceto PR)	Tipo 1-58/10	50 kg	25,80	25,80	Fev/2012 a Jan/2013
	Sudeste, Nordeste, Centro-Oeste (exceto MT) e PR		60 kg	30,96	30,96	
	Norte e MT (exceto BA-Sul)			28,23	28,23	
Feijão	Sul, Sudeste, Centro-Oeste e BA-Sul	Tipo 2	60 kg	80,00	72,00	Nov/2011 a Out/2012
	Norte e Nordeste (exceto BA-Sul)					Jan/2012 a Dez/2012
Milho	Sul, Sudeste, MS, GO e DF	Único	60 kg	17,46	17,46	Jan/2012 a Dez/2012
	MT e RO			13,98	12,60	
	Norte (exceto RO) e Nordeste			20,10	20,10	Jul/2012 a Jun/2013
Soja	Sul, Sudeste, Centro-Oeste (exceto MT), Norte (exceto RO, AM, PA e AC)	-	60 kg	25,11	25,11	Jan/2012 a Dez/2012
	MT, RO, AM, PA e AC				22,87	

3.2 Instrumentos de financiamento privado

Em razão da importância dos recursos envolvidos, o Ministério da Agricultura, Pecuária e Abastecimento (Mapa) monitora a implementação dos novos títulos com vistas a eventuais aperfeiçoamentos. Dada sua contribuição ao financiamento da

atividade, é do interesse do setor que estes títulos continuem a contribuir para a sua capitalização, provendo a necessária liquidez aos recebíveis por ele emitidos, dando ainda maior flexibilidade de resposta às suas crescentes necessidades de financiamento.

Títulos em aberto em sistemas de registro

Data	CDA-WA		CDCA		LCA		CRA		Total	
	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)	Nº	Valor (R\$ milhões)
31/12/2005	22	-	25	29	19	30	-	-	66	59
31/12/2009	222	-	478	1.663	4.679	9.516	10	23	5.389	11.202
30/04/2011	194	-	424	1.483	11.790	15.693	27	330	12.435	17.506

Fonte: BMF&Bovespa e Cetip

CDA-WA: Certificado de Depósito Agropecuário e Warrant Agropecuário – Emitido por armazéns, por solicitação do depositante

CDCA: Certificado de Direitos Creditórios do Agronegócio – Emitido por empresa do agronegócio, exceto produtor rural

LCA: Letra de Crédito do Agronegócio – Emitida por instituição financeira

CRA: Certificado de Recebíveis – Emitido por companhias securitizadoras de direitos creditórios do agronegócio

4. Gestão de risco rural

Em 2010, foram publicadas mais de 450 portarias de zoneamentos no Diário Oficial da União, entre janeiro e dezembro. Todas as portarias estão disponíveis ao público no portal do Mapa.

Para o ano de 2011, está prevista a divulgação, pela primeira vez, de estudos de zoneamento para as culturas de aveia, goiaba, manga, melancia, seringueira e sisal, além de todas as outras já divulgadas anualmente. O intuito da expansão dos estudos é proporcionar cada vez mais opções de plantio ao produtor rural nas diversas regiões agrícolas do País.

Culturas contempladas com estudos de zoneamento agrícola de risco climático

Ano	2007	2008	2009	2010	2011
Quantidade	23	35	31	38	44
Variação (%)	-	9	32	21	15

4.1 Monitoramento de risco agrícola

Será iniciado em 2011 o monitoramento do risco das atividades agrícolas para as principais culturas, por meio de cruzamento de informações de zoneamento e clima com as operações de seguro rural privado e do Proagro.

O acompanhamento será estruturado em um sistema único para garantir a agilidade na análise dos dados e permitirá o aperfeiçoamento dos indicativos de zoneamento, bem como o mapeamento das áreas agrícolas seguradas e das perdas ao longo do desenvolvimento das lavouras.

4.2 Programa de Garantia da Atividade Agropecuária (Proagro)

Instituído em 1973, o Proagro tem por objetivo eximir o produtor do cumprimento de obrigações financeiras em operações de crédito rural de custeio e indenizar os recursos próprios aplicados no empreendimento, em decorrência de perdas de receitas por eventos climáticos adversos ou, ainda, por pragas e doenças sem métodos de combate, controle ou profilaxia difundidos.

Para aderir ao programa, o produtor deve pagar o adicional do Proagro (taxa de prêmio) e seguir os indicativos do zoneamento divulgados pelo Mapa.

4.3 Comissão Especial de Recursos (CER)

A CER é um órgão colegiado que tem a competência de julgar, em única instância administrativa, os recursos relativos às apurações de prejuízos e respectivas indenizações, interpostos por mutuários contra decisões dos agentes financeiros em operações do Proagro e do Proagro Mais.

Com turmas de julgamento em Brasília (DF), Curitiba (PR) e Porto Alegre (RS), a Comissão julgou 5.180 processos, em 2010. A Secretaria-Executiva e o apoio administrativo da CER são exercidos pelo Departamento de Gestão de Risco Rural, por intermédio da Coordenação-Geral de Zoneamento Agropecuário, e contam com representantes dos agricultores, agentes financeiros, de entidades de classe e do governo.

4.4 Seguro rural

O governo federal disponibiliza apoio financeiro ao produtor rural para aquisição de uma apólice de seguro rural. Isso é feito mediante concessão do benefício da subvenção econômica ao

prêmio do seguro rural, representado pelo pagamento de parte do prêmio àqueles que contratarem essa modalidade de garantia.

O benefício é concedido ao produtor rural por intermédio das seguradoras contratadas pelo Mapa para operacionalização do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural (PSR). A segura-

dora deduz a parcela da subvenção do valor do prêmio correspondente à apólice contratada pelo produtor rural. Para ser beneficiado pelo Programa, o produtor rural não poderá ter nenhum registro de impedimento junto a órgãos do governo federal, tais como dívidas com a União, suas autarquias e empresas de economia mista.

Evolução do Programa de Subvenção ao Prêmio do Seguro Rural - PSR

Especificação	2005	2006	2007	2008	2009	2010
Orçamento aprovado (R\$ milhões)	10	61	100	160	272	328
Valores utilizados (R\$ milhões)	2,30	31,10	60,90	157,50	260,00	198,28
Capitais segurados (R\$ milhões)	126,60	2.869,00	2.706,00	7.209,00	9.684,00	6.541,63
Área segurada (milhões de ha)	0,68	1,60	2,20	4,80	6,70	4,79
Produtores atendidos	849	16.653	27.846	43.642	56.306	38.209
Valor médio da subvenção – por produtor (R\$)	2.709,7	1.867,53	2.187,03	3.608,91	4.600,00	5.189,35

Fonte Deger/SPA/Mapa

Atualmente, o PSR possibilita ao produtor que contratar o seguro rural pagar somente uma parte do prêmio. O benefício, na modalidade agrícola, varia de 40% a 70% do valor do prêmio e está limitado a R\$ 96 mil por produtor em cada ano. Nas modalidades pecuária, florestas e aquicultura, o benefício é de 30% do valor do prêmio, limitado a R\$ 32 mil por produtor em cada ano.

5. Medidas de infraestrutura

5.1. Logística e transporte

Separados por grandes distâncias das regiões produtoras do Centro-Norte, em torno de 84% das exportações de soja e milho saem do País pelos portos de Tubarão (ES), Santos (SP), Paranaguá (PR), São Francisco do Sul (SC) e Rio Grande (RS). Apenas 16% do total exportado são escoados pelos portos do Arco Norte

O Mapa trabalha pela consolidação do Corredor Centro-Norte de Exportação, contando com os portos de Itacoatiara (AM), Outeiro, Vila do Conde e Santarém (PA), Itaqui (MA), Salvador e Ilhéus (BA). Em quatro ou cinco anos, esses portos poderão embarcar 40 milhões de toneladas de grãos por ano. Isso reduzirá o custo da movimentação interna e desafogará os portos do Sul e Sudeste para operarem com cargas mais elaboradas, de maior valor agregado.

5.2. Metas e soluções

Importantes trechos da Ferrovia Norte-Sul estão em operação, e estão em andamento os projetos das Ferrovias Leste-Oeste e de Integração do Centro-Oeste, assim como as obras da Ferrovia Transnordestina.

Outras importantes vias para o escoamento da produção – BR-080, BR-242, BR-158, BR-163, que integram o Corredor Centro-Norte de Exportação – também apresentam adiantado estágio de execução, enquanto a BR-364 está com seu processo de adequação estrutural e contornos rodoviários, em centros urbanos, em obras.

Com a inauguração da Eclusa de Tucuruí, o modal hidroviário – importante solução logística para a redução dos custos de movimentação de cargas de baixo valor agregado – incorporou um trecho de 500 quilômetros, ligando as cidades de Marabá e Belém (PA), pelo rio Tocantins, por onde deverá ser escoado um grande volume de grãos agrícolas.

A Hidrovia Tietê-Paraná passa por um processo de modernização da estrutura e ampliação do trecho navegável, devendo atingir uma capacidade operacional de 30 milhões de toneladas/ano em 2.000 km de via navegável. Pelo Rio Madeira são transportados 3,3 milhões de toneladas de soja, para exportação via portos de Itacoatiara (AM) e Santarém (PA), com boas perspectivas de ampliação desses números.

6. Medidas Setoriais

6.1 Ações para o agronegócio café

O Mapa disponibilizará até R\$ 2,29 bilhões do Fundo de Defesa da Economia Cafeeira (Funcafé) para a safra de café em 2011. Desse montante, para as linhas de financiamento previstas na Resolução CMN nº 3.968, deverão ser destinados até R\$ 600 milhões para custeio, R\$ 300 milhões para colheita, R\$ 500 milhões para estocagem e R\$ 500 milhões para o Financiamento para Aquisição de Café (FAC).

Além dessas linhas de crédito tradicionais, os recursos do Fundeagro serão destinados para recuperação das lavouras de café atingidas por chuvas de granizo (até R\$ 40 milhões), financiamento de operações de venda de café em Bolsas de Mercadorias e Futuros (até R\$ 50 milhões) e recomposição de dívidas de cafeicultores vinculadas a essa atividade agrícola (até R\$ 300 milhões).

6.2 Agroenergia

Com a ocupação de espaço crescente na matriz energética nacional, a agroenergia contribui para a sustentabilidade da agricultura brasileira, a geração de emprego e renda no campo e na cidade, a melhoria da qualidade do ar nos grandes centros urbanos e, principalmente, a diminuição das emissões de gases de efeito estufa, ajudando o País a cumprir as metas voluntárias de redução assumidas em Copenhague (COP15).

Os destaques são a cana-de-açúcar, as florestas plantadas e o Programa Nacional de Produção e Uso de Biodiesel.

6.3. Coordenação das cadeias produtivas

Atualmente, 25 câmaras setoriais e seis câmaras temáticas estão em atividade, servindo de ponte de relacionamento entre os diferentes elos das cadeias produtivas com o governo.

6.4 Setor frutícola

O limite de crédito para investimento em fruticultura, do Moderagro, aumentou para R\$ 600 mil por produtor. O limite para empreendimento coletivo passou para R\$ 1,2 milhão.

Em relação ao crédito para comercialização o destaque é a laranja, que a partir desta safra também contará com recurso para estocagem de suco, evitando picos de oferta e baixos preços. ■

Luis Carlos Guedes Pinto, ex-ministro da Agricultura e ex-vice-presidente de agonegocio do Banco do Brasil

O recém-lançado Plano Agrícola e Pecuário 2011/2012, sem dúvida, apresenta avanços, entre os quais cabe destacar:

- o aumento do limite de recursos para o financiamento das diversas explorações agropecuárias;
- o aumento do volume de recursos a taxas controladas;
- uma maior atenção à exploração pecuária;
- recursos para a recuperação de pastagens e produção de baixo carbono.

Entretanto, há questões estruturais e de longo prazo, já amplamente discutidas, que continuam sendo postergadas pelo conjunto de órgãos que cuidam da política agrícola brasileira. Entre estas cabe destacar:

- planos plurianuais (com ajustes anuais quando necessários);
- financiamento para a unidade de produção e não por explo-

ração;

- estímulos aos mecanismos de proteção de renda do produtor ("seguro de renda");
- assistência técnica conjugada com o crédito rural para os pequenos e médios produtores;
- estímulos mais efetivos aos programas prioritários (recuperação de áreas degradadas e outros).

Em relação às questões conjunturais, maiores recursos e mais atenção à produção de milho e etanol, e estocagem deste último.

Finalmente, creio que é preciso começar a preparar para o próximo ano (penso que estamos vários anos atrasados), um só plano para agricultura (familiar e empresarial), com a participação do meio ambiente.

João Sampaio, produtor rural e ex-secretário de Agricultura e Abastecimento do Estado de São Paulo

O Plano Safra, recém-anunciado, tem pontos positivos. Há um bom tempo os produtores rurais brasileiros reivindicavam o aumento nos limites dos recursos a juros controlados. Outra boa notícia foi o limite por produtor e não por cultura; isto poderá trazer maior transparência e confiabilidade ao setor perante o mercado financeiro e, com isso, ampliar as possibilidades de negócios para os produtores. Importante destacar também a linha especial criada para estocagem de etanol e renovação dos canaviais. Espero que isso traga um pouco de tranquilidade e previsi-

bilidade ao nosso importante setor sucroenergético. A linha para a citricultura representou um grande avanço e uma sinalização ao setor de que o diálogo é a mais importante ferramenta para resolução de conflitos. Infelizmente, porém, há que se constatar que os recursos destinados ao seguro rural ficaram aquém dos necessários, e que os recursos para o programa de Agricultura de Baixo Carbono continuarão de difícil acesso. No geral, acho que o Plano Safra teve mais pontos positivos que negativos, mas ainda há muito a avançar.